



A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS EDUCANDOS MATRICULADOS NA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE IRATI

Camilla Rigoni Ferreira¹ - Unicentro
Grupo de Trabalho – Psicopedagogia, Educação Especial e Inclusão
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

A presente pesquisa iniciou com a inquietação sobre o processo inclusivo de alunos com baixa visão no ambiente escolar em sala de aula regular, através do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade do Centro-Oeste durante o acompanhamento de uma aluna deficiente visual, bem como, das informações e notícias que circulam nos meios de comunicação sobre a temática. O estudo buscou a investigação do processo inclusivo sobre alunos com visão subnormal regularmente matriculados, em uma escola do município de Irati-PR,. Também objetivamos perceber os principais entraves enfrentados pelos professores diante do processo atual de inclusão do aluno com baixa visão no ambiente escolar. Para a realização da pesquisa, fizemos uso da entrevista semiestruturada com dez questões aplicadas a uma professora regente de uma escola com um aluno de visão subnormal matriculado. Além da pesquisa bibliográfica, utilizamos a pesquisa de campo para a coleta dos dados, bem como, o instrumento de pesquisa, diário de campo para o registro das informações diárias. Durante a realização do presente estudo, foi possível observar alguns aspectos fundamentais para a efetivação da inclusão do aluno deficiente visual (baixa visão), como por exemplo: estruturais, os materiais pedagógicos disponíveis para o professor e para os alunos; as relações estabelecidas entre aluno-aluno e aluno-professor, a metodologia utilizada pelo professor, à falta de informações ao professor e de conhecimento sobre a visão subnormal. Conclui-se que o alunado recebia condições para o acesso à escola a partir do transporte escolar, porém, a permanência ficava de lado, por não proporcionar ao aluno e ao professor materiais didático-pedagógicos para o processo ensino-aprendizagem, e para ministrar aulas com qualidade, espaço adequado, entre outros.

Palavras-chave: Baixa visão. Deficiência visual. Inclusão.

¹ Graduanda do curso de pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste/ UNICENTRO – *Campus* de Irati, participante do programa PIBID - Programa de Iniciação à Docência por meio do projeto Educação Especial Inclusiva. E-mail: camillarigoni@hotmail.com

Introdução

A inclusão tem sido um dos grandes desafios das instituições de ensino na atualidade, por conta de diversos fatores de ordem estrutural, material, econômico, até mesmo a fragilidade na formação dos profissionais. Por outro lado, o processo inclusivo nas escolas é tido como uma grande conquista no âmbito das políticas públicas em razão de ter sua implantação efetivada a partir dos anos 1990.

Com base nos autores Mazzotta (2005), Silva (2010), Sá; et al' (2007); Gil (2000); e demais teóricos, abordaremos a trajetória da inclusão, o entendimento sobre a visão subnormal, bem como, os principais desafios enfrentados pelos professores no ambiente escolar.

Segundo Silva (2010) a história do processo inclusivo no Brasil se deu em três fases: o primeiro período chamado “segregação” ocorreu através da educação em espaços hospitalares psiquiátricos e em estabelecimentos especializados. O segundo momento conhecido como “integração”, se deu em 1960 a partir do crescimento de instituições de ensino especializadas, começou-se a questionar essa forma de educação, bem como, a luta pela inserção das pessoas com deficiência em salas de aula de ensino comum. Tal período não deu certo devido à atribuição do educando adequar-se ao ambiente e não o ambiente a ele, e à não reorganização desse sistema para atendimento do aluno. E o terceiro período, denominado “inclusão” a partir de 1990 com o movimento para promover além da inserção, o êxito no desenvolvimento do aluno para que permanecesse na escola. A partir desse contexto, é evidente notar o progresso histórico da inclusão do aluno com deficiência no ambiente escolar.

Tomando como base o terceiro período, a presente pesquisa tem como objetivo investigar como acontece o processo atual de inclusão de alunos com baixa visão matriculados na rede regular de ensino em escolas públicas do município de Irati-PR. Pretende-se trazer reflexões acerca dos principais desafios da escola em propiciar o acesso e a permanência do aluno com deficiência visual durante o processo de ensino-aprendizagem.

O presente estudo abrange o levantamento bibliográfico acerca do processo inclusivo de alunos com baixa visão, com base nos autores: Gil (2000); Sá; et al' (2007), Toledo (2009), Mazzota (2005) e Cardoso (2004).

Nessa perspectiva, abordaremos inicialmente a conceituação do termo visão subnormal para melhor compreensão, um recorte histórico da deficiência visual e alguns pontos relevantes para o ensino do aluno deficiente visual na educação inclusiva.

O interesse por pesquisar essa temática, teve início através das informações que veiculam nos meios de comunicação sobre a inclusão no ambiente escolar, e através da experiência proporcionada pelo Programa de Iniciação à Docência (PIBID) com uma aluna deficiente visual total matriculada em sala de ensino regular.

Dessa forma, a presente pesquisa de cunho bibliográfico e de campo, que segundo Ruiz (2002, p. 50) contribui ao ressaltar “[...] consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises [...]” propiciando ao pesquisador a ideia de melhor compreensão da realidade observada. Busca a reflexão acerca da escola como um espaço de práticas inclusivas, em que são propiciadas ao aluno com baixa visão as condições necessárias ao acesso e efetiva permanência, no ensino público em que se encontra regularmente matriculado.

A partir disso, percebemos a relevância do estudo de caso no levantamento dos dados e reflexões propiciadas por essa modalidade de pesquisa, os quais relacionados à perspectiva de educação inclusiva serão registrados no diário de campo. Em relação ao instrumento da pesquisa, a entrevista semiestruturada foi relevante para maior aproveitamento das informações coletadas com os docentes.

Conceituando a baixa visão

Para melhor compreensão da problemática da presente pesquisa, apresentamos o conceito de baixa visão conforme alguns teóricos contemporâneos.

Gil (2000, p. 6) esclarece que a visão subnormal também é conhecida como baixa visão, entendendo-a como: “[...] à alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades”.

E ainda complementamos com a contribuição de Sá; et al’ (2007, p. 16):

a definição de baixa visão (ambliopia, visão subnormal ou visão residual) é complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral.

Dessa forma, o termo visão subnormal relaciona-se à diminuição visual e não à perda total desse campo, variando em diversos graus de intensidade. Assim, o processo inclusivo do aluno com baixa visão pode ocorrer a partir de algumas adaptações materiais (leves ampliações de texto) que permitem a sua permanência no ambiente escolar até a adaptação de materiais pedagógicos adaptados à baixa visão, chegando até a cegueira legal².

A tecnologia assistiva pode ser um instrumento de aproximação e facilitador do processo de ensino aprendizagem. Há ainda materiais que auxiliam o aluno com visão subnormal, como por exemplo, os recursos ópticos. (TOLEDO, 2009, p. 5).

Para melhor entendermos quais os recursos ópticos que existem para propiciar a aprendizagem ao aluno, no contexto da educação inclusiva a autora destaca:

...recursos ou auxílios ópticos são lentes de uso especial ou dispositivo formado por um conjunto de lentes, geralmente de alto poder, com o objetivo de magnificar a imagem da retina. Esses recursos são utilizados mediante prescrição e orientação oftalmológica. (SÁ; et al², 2007, p.19)

A partir disso, entendemos que os recursos ópticos são todos aqueles instrumentos compostos por lentes ou que propiciam maior visualização de uma imagem. Já em relação aos recursos não ópticos, a autora em questão aponta algumas opções:

tipos ampliados: ampliação de fontes, de sinais e símbolos gráficos em livros, apostilas, textos avulsos, jogos, agendas, entre outros.

Acetato amarelo: diminui a incidência de claridade sobre o papel.

Plano inclinado: carteira adaptada, com a mesa inclinada para que o aluno possa realizar as atividades com conforto visual e estabilidade da coluna vertebral.

Acessórios: lápis 4B ou 6B, canetas de ponta porosa, suporte para livros, cadernos com pautas pretas espaçadas, tiposcópios (guia de leitura), gravadores.

Softwares com magnificadores de tela e Programas com síntese de voz. Chapéus e bonés: ajudam a diminuir o reflexo da luz em sala de aula ou em ambientes externos.

² Segundo o site: <http://yw.med.br/cegueira-deficiente-visual/> utiliza-se o termo **cegueira legal** para indicar os portadores de deficiência visual severa nos termos do § 2º do art.1º da portaria 3.128/2008 da CBO – Conselho Brasileiro de Oftalmologia: **considera-se cegueira quando valor da acuidade visual corrigida no melhor olho encontra-se abaixo de 0,05 ou o campo visual menor do que 10º.**

Circuito fechado de televisão --- CCTV: aparelho acoplado a um monitor de TV monocromático ou colorido que amplia até 60 vezes as imagens e as transfere para o monitor. (*grifos da autora*). (SÁ, et al', 2007, p. 20).

Percebemos que os recursos não ópticos são os que não possuem lentes, mas que por outro lado apresentam melhor visualização a partir de outros meios como a ampliação de fontes, não exposição à claridade, entre outros. Notamos que esses recursos propiciam maior facilidade no processo de ensino-aprendizagem do aluno.

Esses recursos são atuais e desde muito tempo o aluno de baixa visão esteve inserido nos ambientes escolares, porém a permanência desses, nem sempre se efetuava por conta das dificuldades e da falta de conhecimento sobre as condições deste alunado em específico, eram empecilhos para o seu êxito escolar.

Situando a deficiência visual entre os séculos XVIII a XIX

A história acerca da deficiência visual mostra que o contexto atual das escolas de caráter inclusivo, não acontecia. A educação especial encontra-se dividida distintamente em três períodos históricos: segregação, integração e inclusão.

Destacamos a seguir o período da segregação como aquele que:

de todo modo, diversas vantagens se oferecem para o deficiente ao passar das mãos do inquisidor às mãos do médico. Passando pelas instituições residenciais no século XIX e as classes especiais no século XX. No século XIX, os médicos passaram a dedicar-se ao estudo desses seres diferentes - os deficientes, como eram chamados. (BIANCHETTI; et al', 1998, p. 45 apud CARDOSO, 2004, p. 16)

É notável que o momento da segregação tem como princípio o atendimento médico e clínico realizado somente por esses profissionais desde o século XIX. De acordo com a autora, em 1970 diversos países começaram a dar atenção para a educação especial, deixando evidente a sua responsabilidade e garantia da educação aos alunos com deficiência. Ainda destaca o período da integração:

a partir dos anos 80, surge a *integração* educativa como opção, defendendo-se que o ensino das crianças e jovens com dificuldades especiais deveria ser feito, pelo menos tanto quanto possível, no âmbito da escola regular. (*grifo da autora*) (CARDOSO, 2004, p. 18).

Nesse momento, começa-se a pensar na inserção de alunos com deficiência no ambiente da escolar regular, o que até então nem se imaginava no período da segregação, pois

o indivíduo era considerado incapaz. E com isso, posteriormente o momento da inclusão começa a aparecer no sistema educacional.

Uma nova perspectiva que não desconsidera os problemas de desenvolvimento dos alunos, mas que por outro lado, ressalta a mediação, objetivando a análise das potencialidades do aluno em seu processo ensino- aprendizagem, juntamente à necessidade de recursos para o seu progresso. (CARDOSO, 2004, p. 19).

Fica evidente que esse período é marcado por outra concepção de deficiência, a qual está relacionada à potencialização das capacidades do indivíduo, auxiliando com a utilização de recursos suas necessidades.

O atendimento aos indivíduos com deficiência visual em 1784 teve o primeiro espaço em Paris, com a fundação do Instituto Nacional dos Jovens Cegos por Valentin Haüy. Já nesse momento, a escrita era realizada em relevo. (MAZZOTA, 2005, p. 18).

Mazzota (2005) enfatiza a visita do oficial Charles Barbier no Instituto contribuindo com sua criação de escrita utilizada pelos militares na guerra, pois não necessitava de luz para sua reprodução. Em seguida, no ano de 1829, Louis Braille que era um estudante do Instituto adaptou o código de Barbier para as especificidades dos deficientes visuais.

Nos dias atuais, o trabalho pedagógico realizado com o aluno de visão subnormal, Sá; et al' (2007, p. 18) destaca a estimulação para potencializar o seu campo visual, propiciando a devida superação. Outro aspecto a ser notado pelo professor é a presença de certas condutas/atitudes, como por exemplo:

[...] tentar remover manchas, esfregar excessivamente os olhos, franzir a testa, fechar e cobrir um dos olhos, balançar a cabeça ou movê-la para frente ao olhar para um objeto próximo ou distante, levantar para ler o que está escrito no quadro negro, em cartazes ou mapas, copiar do quadro negro faltando letras, tendência de trocar palavras e mesclar sílabas, dificuldade na leitura ou em outro trabalho que exija o uso concentrado dos olhos, piscar mais que o habitual, chorar com frequência ou irritarse (sic) com a execução de tarefas, tropeçar ou cambaleiar diante de pequenos objetos, aproximar livros ou objetos miúdos para bem perto dos olhos, desconforto ou intolerância à claridade.

Destacamos a importância da observação contínua do professor nesses “sinais” que o aluno dá, para que sejam tomadas as devidas providências, com o objetivo de proporcionar ao aluno as condições necessárias para a sua aprendizagem.

Nesse sentido, a autora em questão evidencia problemas de ordem emocional, psicológica e social, derivados das situações acima citadas, as quais intervêm no comportamento do indivíduo e no desempenho da visão; por consequência, interferindo no

processo ensino-aprendizagem do aluno. Assim, um espaço calmo, que transmita confiança e encoraje o aluno pode ser considerável positivamente para potencializar e estimular o educando. (SÁ, et al', 2007, p. 18).

Dessa forma, fica evidente que algumas condições são necessárias para o ensino do aluno com visão subnormal. Nesse viés, essa pesquisa procura refletir sobre a efetivação ou não do processo inclusivo no ambiente escolar público, percebendo os entraves, as condições e o conhecimento sobre as necessidades e potencialidades do aluno com baixa visão, pela voz dos entrevistados.

A vez da pesquisa

O presente estudo traz reflexões acerca do processo inclusivo de um aluno com visão subnormal matriculado na rede municipal pública, bem como, a percepção dos principais desafios enfrentados pela professora para a efetiva inclusão desse educando no ambiente escolar.

Para a realização da pesquisa, houve prévia apresentação e aprovação da Secretaria de Educação do Município de Irati –PR para a observação direta. Foi realizado o mapeamento das escolas onde alunos com baixa visão estavam regularmente matriculados. A partir disso, foi escolhida uma escola para a realização do presente estudo, bem como, a apresentação e aprovação da instituição e de um professor regente.

Para a coleta de dados, a observação se deu em sala com um aluno e seu professor, tomando como instrumento para o registro, o diário de campo.

Gil (2002, p. 134) salienta a necessidade de questionar o relato dos fatos observados para não tornar as informações apenas uma descrição. E ainda complementa:

para tanto, ele terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando possíveis explicações, configurações e fluxos de causa e efeito. Isso irá exigir constantes retomadas às anotações de campo e ao campo e à literatura e até mesmo à coleta de dados adicionais.

Portanto, o instrumento de pesquisa diário de campo tem relevância para o registro das observações a campo, permitindo em momento posterior, maior reflexão junto à teoria acerca dos dados coletados.

Utilizamos também para a coleta dos dados, a entrevista semiestruturada objetivando a obtenção de maiores informações sobre o problema da pesquisa. De acordo com o autor em

questão (2002, p. 114-115) esse instrumento pode ser compreendido como: [...] a técnica que envolve duas pessoas numa situação "face a face" e em que uma delas formula questões e a outra responde.

A entrevista semiestruturada foi composta por dez questões e aplicada com uma professora regente do aluno com visão subnormal matriculado na rede municipal de ensino.

A presente pesquisa carrega a abordagem de caráter qualitativo, visto que o levantamento dos dados consiste na qualidade do processo de inclusão/exclusão. Partindo de tal princípio, abordagem qualitativa de acordo com Freitas (2002, p. 22):

percebe os sujeitos como históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura como criadores de ideias e consciência que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela.

Nesse sentido, objetivamos perceber a realidade social do indivíduo com visão subnormal em uma escola municipal de ensino público, bem como, perceber os principais entraves enfrentados pela professora na perspectiva da escola inclusiva.

Analisando os dados

Nesse momento do estudo, objetivamos perceber como se dá o processo inclusivo de educandos com baixa visão no ambiente escolar matriculados em sala de ensino regular.

Iniciamos a pesquisa, através de uma entrevista à professora regente da turma em que estava regularmente matriculado o aluno de baixa visão. Também realizamos a pesquisa de campo para a observação direta da realidade escolar do aluno com baixa visão.

Através da entrevista, a professora relatou que o aluno observado não demonstrava dificuldade para enxergar as atividades, pois sua letra era muito pequena. Porém, em certos momentos a questionava sobre o que estava escrito no quadro, havendo assim a ampliação da letra e maior separação das palavras. Ela nos contou que o aluno utilizava em poucos momentos os óculos, por sentir que o mesmo não lhe favorecia a visão para a realização das atividades.

Em relação a uma questão sobre o auxílio dos materiais didáticos, como livros e apostilas no processo ensino-aprendizagem do educando de visão subnormal, diz que: “Às vezes, porque se o aluno tem realmente a baixa visão, mas os livros não são adaptados, não vejo muito sentido do livro para eles”.

Notamos pela voz da entrevistada que em alguns momentos a utilização de livros ou apostilas com fonte ampliada favorece a aprendizagem do alunado. Durante a observação, pode-se notar que os livros didáticos são muito utilizados pela professora na realização de atividades e para exposição de conteúdos, através de textos e ilustrações, visto que o mesmo em certos momentos apresenta dificuldade para enxergar e em outros não, não sabendo ao certo o grau de sua dificuldade.

Ao ser questionada, sobre a relação estabelecida entre os demais alunos da classe e o aluno de baixa visão, diz haver interação de forma natural e sem preconceitos. E a da mesma forma do aluno de visão subnormal para com seus colegas, responde: “Ele pede ajuda para a professora e os outros colegas quando não consegue terminar alguma cópia do quadro”. partir disso, percebemos que há interação de ambas as partes, e que os alunos o integram no processo de aprendizagem. O contato direto propiciou a observação da inclusão do aluno de baixa visão com os demais alunos nas diversas atividades realizadas.

Sobre o conhecimento das condições e possibilidades visuais de seu aluno, a entrevistada aponta que possui pouco, dizendo: “Só sei que ele usa óculos, mas não sei se tem acompanhamento com oculista”. Também afirma que necessita de maior conhecimento sobre o educando mencionado anteriormente, “para buscar mais ajuda, formas diferentes de como ajudá-lo”. Dessa forma, a entrevistada ao ser questionada sobre o recebimento de informações, aponta que ninguém lhe forneceu dados suficientes para o trabalho com o aluno de visão subnormal.

É notória a fragilidade do processo de formação de professores quanto ao trabalho pedagógico ao deficiente visual (visão subnormal), bem como, de informações suficientes para a realização de um trabalho inclusivo para com o aluno. Podemos observar que, a equipe pedagógica deve estar presente neste momento para auxiliar o docente com informações do histórico escolar do aluno, colaborar com sugestões de atividades pedagógicas, bem como, no processo de construção do planejamento; porém isso não acontece.

Em relação às dificuldades encontradas pela professora no processo ensino-aprendizagem, diz que: “sim, preciso parar cada passo para responder o que está escrito no quadro, talvez até letra dele melhorasse caso tivesse um acompanhamento mais minucioso”. Foi possível notar pela voz da entrevistada as dificuldades do dia a dia, como a cópia do quadro e a caligrafia do aluno em seus cadernos.

Ainda de acordo com as questões realizadas na entrevista, opinou sobre o processo inclusivo do aluno com visão subnormal, apontando que:

o aluno com baixa visão não significa que não tem condições de acompanhar a turma, tem condição de aprender igual, mas falta mais recursos, como material didático adaptado, até mesmo um quadro de melhor qualidade, e mais informações ao professor (entrevistada)

A partir disso, é notória a necessidade de aquisição de materiais e de recursos econômicos para a aquisição de um quadro novo, visto que o mesmo encontra-se em estado ruim para o registro das atividades.

Dessa forma, a pesquisa de campo nos proporcionou além do contato com o alunado, bem como, a observação da realidade, como: o envolvimento do aluno de baixa visão com os demais, a sua participação nas atividades do dia a dia, a realização das atividades (cópia do quadro, utilização dos livros didáticos, entre outras), as dificuldades encontradas pela professora e pelo aluno durante o ano letivo.

Através da observação direta, notamos que a professora assume atitude inclusiva proporcionando contato com os demais colegas, a partir do auxílio na distribuição dos livros didáticos, recolhimento de cadernos, bem como, a entrega dos cadernos, assumindo por toda uma manhã o papel de “ajudante do dia”.

Observamos alguns hábitos do alunado como o coçar os olhos, a não utilização dos óculos, a escrita no caderno sem o apoio das mãos sob a carteira. Outro aspecto notado foi a grande dificuldade em alguns conteúdos, que, entretanto vêm sendo superadas ao longo do ano letivo, visto que o aluno é repetente.

Além da participação do aluno como ajudante, a professora realiza atividades de leitura coletiva, resolução de atividades no quadro, fazendo com que todos os alunos participem das aulas de alguma forma.

Com a observação, foi possível notar o estado ruim do quadro, a estrutura física do prédio como antigo, e as cortinas não adequadas para a visualização do aluno. Dessa forma, a sala fica muito escura no dia a dia, prejudicando o aluno com baixa visão, e se as cortinas fossem usadas abertas, a claridade o impediria de visualizar o quadro e de realizar as atividades propostas pela professora.

O aluno realizava a cópia do livro didático das disciplinas: Português, Matemática, História e Geografia, sem dificuldade para compreender o que estava escrito, sem os óculos. Entretanto, algumas vezes em que usava, comentava que com os óculos não estava conseguindo enxergar, guardando-o no estojo.

Durante as atividades realizadas em sala, foi possível perceber que o aluno e a professora tinham relação dialógica agradável, o que instigava o aluno em seu aprendizado, demonstrando interesse no ensino.

Considerações Finais

Podemos concluir que a efetivação total do processo inclusivo do aluno com baixa visão está longe de ser alcançada, pois há escassez de materiais didáticos, a não existência de materiais adaptados ao aluno deficiente visual (baixa visão), a estrutura física da instituição escolar não favorece o processo ensino-aprendizagem, a não disponibilidade de instrumentos ópticos (régua, lupa, entre outros), bem como, a fragilidade dos cursos de formação de professores sobre a deficiência visual para a prática pedagógica. Entretanto, as relações sociais estabelecidas entre os alunos, e aluno-professor são feitas de diálogo-participativa, assim evidenciamos como inclusiva, tornando o aluno participante do processo ensino-aprendizagem, fazendo com que este se sinta acolhido pelos indivíduos que o cercam no ambiente da sala de aula.

Dessa forma, percebemos que a qualidade do processo ensino-aprendizagem do aluno fica de lado, enquanto a quantidade de conteúdos é colocada como prioridade ao professor. Outro fator imprescindível que interfere nesse processo é a metodologia do professor, com práticas tradicionais, atividades copiadas do quadro negro, leitura de textos dos livros didáticos e posteriormente a cópia das questões para fixação.

Por outro lado, ressaltamos que a professora cobrava a tarefa de casa como atividade de fundamental importância para todos os alunos, o que de alguma forma pode ser positiva a ajuda dos responsáveis em casa para o processo ensino-aprendizagem do aluno e assim a sua permanência no ambiente escolar.

A partir do presente estudo podemos concluir que as principais dificuldades encontradas pelo professor de aluno com baixa visão iniciam com informações acerca do mesmo, até de recursos materiais didático-pedagógicos adaptados para o processo ensino-aprendizagem do educando e estruturais da instituição.

Dessa forma, deixamos aqui alguns questionamentos para futuras pesquisas na área da inclusão de alunos com visão subnormal no ensino regular: Como a prática pedagógica do professor interfere no processo de inclusão desse aluno? De que forma as instituições de ensino podem promover um sistema inclusivo para os educandos com baixa visão?

Concluímos que o processo inclusivo de alunos com baixa visão vem sendo desvencilhado da escola de ensino regular, pois não propicia através de recursos econômicos, materiais e estruturais a permanência desse aluno no ambiente educacional. Porém, as relações sociais e o convívio diário acabam favorecendo o processo ensino-aprendizagem do mesmo.

Por fim, o presente estudo mostrou que o aluno deficiente visual (baixa visão) tem o acesso à escola a partir do transporte escolar fornecido pelo município, porém, a permanência do aluno no ambiente escolar não tida como prioridade, pois não há mudanças metodológicas, aquisição de materiais; e a falta de conhecimentos e de empenho para ir buscar as informações necessárias por toda a comunidade escolar. Enfatizamos a necessidade da conscientização e da formação inicial e continuada dos profissionais para a motivação à busca do conhecimento.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Marilene da Silva. Aspectos Históricos da Educação Especial: Da exclusão à inclusão – Uma longa Caminhada. In: STOBÄUS, Claus Dieter

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, julho/ 2002, p. 22. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14397.pdf>>. Acesso em: 13 Mai. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 13 Mai. 2017.

GIL, Marta (Org.). Deficiência visual. Brasília: MEC – Secretaria de Educação a Distância, 2000. 80 p. (Cadernos da TV Escola). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000344.pdf>>. Acesso em: 29 Abr. 2017.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. 208 p.

MOSQUERA, Juan José Mouriño (orgs.). **Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/diversos/85-7430-354-2.pdf>>. Acesso em: 13 Mai. 2017.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 5ª ed. - São Paulo: Atlas, 2002. 181 p. Disponível em: <<https://www.scribd.com/doc/245191792>>. Acesso em: 20 Mar. 2017.

SÁ, Elisabet Dias de; et al. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: SEESP, SEED, MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_e_dv.pdf>. Acesso em: 29 Abr. 2017.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. 1ª ed. Curitiba: Ibpx, 2010. 215 p.

TOLEDO, Caroline Emilia. **Deficiência visual no Ensino Fundamental**. Lins- <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC36940888810.pdf>>. Acesso em: 13 Mai. 2017.

WAISBERG, Yehuda. **Cegueira, Visão Subnormal, Deficiência Visual e Deficiente Visual**. 2ª Opinião em Oftalmologia. Disponível em: <<http://yw.med.br/cegueira-deficiente-visual/>>. Acesso em: 17 Mai. 2017.